

Entrevista

Ao que tudo indica, assegurar os direitos de aprendizagens e de desenvolvimento de bebês e crianças no Brasil, ainda, é um desafio aos gestores públicos, ao se considerar o déficit histórico que tem o Brasil, ao deixar de promover políticas públicas voltadas à primeira infância. Apresentamos nesta edição da DoCentes, a partir das políticas públicas para esta etapa da educação, uma reflexão sobre questões relativas à primeira infância no Ceará: o marco legal, os programas de apoio e formação em curso, as atividades de colaboração entre estado e municípios, o processo educativo e os cuidados essenciais, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB N° 9.394/1996), no Artigo 29 estabelece que "A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade."



Prof. Bruna Alves Leão
Coordenadoria de Cooperação com os Municípios
para Desenvolvimento da Aprendizagem na
Idade Certa

Resumo

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (2018). Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (2012), Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (2009), Formada em Artes Cênicas pela Escola Livre de Artes Cênicas (2003). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Tradução Audiovisual; EaD; Audiodescrição; Legendagem e Ensino. Atualmente, é Coordenadora de Cooperação com os Municípios para Desenvolvimento da Aprendizagem na Idade Certa da Secretaria da Educação do Estado do Ceará.

DoCentes: Como descrever os sujeitos atendidos pelo Ensino Fundamental cearense?

Prof. Bruna Alves Leão: Primeiro,

temos que pensar qual público-alvo a escola pública atende neste momento, embora que para o estado o Ensino Fundamental não seja a etapa prioritária de atendimento –

temos pouquíssimas matrículas, em função da municipalização –, o estado atua como corresponsável. As famílias em situação de vulnerabilidade são as que mais

dependem da escola pública, porque não podem pagar por uma escola particular. Este é o nosso papel fundamental, atender a essas famílias e a esses alunos, estando eles na rede municipal ou estadual de ensino. Temos que contemplar também a questão da diversidade com o atendimento de alunos com deficiência, alunos das escolas indígenas, das escolas quilombolas, escolas do sistema prisional e Educação de Jovens e Adultos.

DoCentes: Qual tem sido o papel da Seduc para garantir os direitos educacionais desses sujeitos?

Profa. Bruna Alves Leão: A Secretaria tem tido um papel atuante na garantia dos direitos dessas pessoas, dessas famílias, desses alunos. Vimos durante a pandemia, o quão é importante o papel da escola, não só para os alunos no que se refere à educação escolar, mas também para a própria família. Conseguimos alcançar os alunos através das famílias. Esse papel colaborativo, que é superimportante. A escola também se transformou – durante estes quase dois anos de distanciamento físico dos alunos –, passamos de um espaço físico para um espaço virtual, a fim de tentar atendê-los. As ações da Secretaria foram fundamentais para tentar alcançá-los neste momento, como a entrega de tablets, de notebooks, chips, cartão-alimentação, cestas básicas, entre outros. Com o Pacto pela Aprendizagem foi possível disponibilizar recursos para os municípios serem atendidos nas suas próprias necessidades contextuais. Cada um identificando a sua problemática a ser resolvida, e quais lacunas de aprendizagem precisavam superar, para tentar

mitigar os efeitos da pandemia de todas as formas. Eu vejo o papel da Seduc, da Educação como um todo, atingindo sobretudo essas famílias, esses alunos, em situação de vulnerabilidade, para procurar cuidar e garantir uma educação mais equânime para a população. Quando olhamos o nosso atual cenário – acabamos de realizar um Spaece Diagnóstico, tendo a delicadeza e o cuidado de perceber como foi o processo de aulas remotas durante a pandemia – é identificando as fragilidades que podemos trabalhar em cima disso, para garantir novamente uma educação de qualidade para os alunos cearenses. Vejo a Secretaria com seu papel importante, desafiador e atuante, que não se eximiu de sua responsabilidade neste período e nem em período nenhum.

DoCentes: Qual o panorama do Ensino Fundamental no Ceará e em que se diferencia do Brasil?

Profa. Bruna Alves Leão: O panorama do Ensino Fundamental no Ceará, tem sido – pelo menos até 2019, último ano em que mensuramos os resultados – um exemplo de educação para o Brasil, principalmente no âmbito da Alfabetização, que em 2019 alcançou o marco de todos os alunos no nível desejável na avaliação do SPAECE. O Programa MaisPaic nasceu de uma situação bastante crítica, visto que tínhamos algo em torno de 39% (trinta e nove por cento) de alunos alfabetizados em todo o estado e, em doze anos, conseguimos praticamente erradicar o analfabetismo no estado. Isso é um dado que nos orgulha e nos faz também referência e modelo para outros estados. Com a evolução do

Paic, a gente vem tentando atingir as demais etapas: Paic + 5 (chegando ao 5º ano); MaisPaic (alcançando até o 9º ano). Ainda temos um caminho a percorrer, embora já sejamos uma referência no âmbito da Alfabetização, mas tudo isso é resultado de políticas públicas que garantiram compromisso do estado com a educação. A Secretaria está sempre muito receptiva para dialogar com outros estados na perspectiva de fazer ecoar também a mensagem de que é importante investir na Educação, de que é essencial cuidar da Alfabetização dos nossos alunos, que é indispensável dialogar com as redes municipais, para que possamos receber este aluno melhor na nossa rede. Tenho muito orgulho de fazer parte desta história! Também sei da minha responsabilidade enquanto gestora, para a continuidade de um projeto que vem dando certo.

DoCentes: O que considerar como avanço no Ensino Fundamental no Ceará?

Profa. Bruna Alves Leão: Eu percebo que o que tem feito a diferença é a vontade de fazer dar certo. Quando o PAIC começou, havia um desafio muito grande a ser resolvido em torno da Alfabetização e existiam pessoas comprometidas com o processo, buscando também articulações intersetoriais (parceiros como Unicef, Undime, Aprece) que auxiliassem na superação desse desafio. Alguns fatores foram cruciais para a melhoria do Ensino Fundamental no Ceará, como as políticas de incentivo: o Prêmio Escola Nota Dez e o repasse do ICMS. A forma como o estado tomou pra si a questão da Educação, como ele encara os desafios neste âmbito

porque trata-se de uma política prioritária e indutora, a qual reverbera também para os municípios, fazendo que a Educação também seja uma agenda prioritária. Desde 2007, o governo tem estado muito perto da Educação. Nos ajudando a consolidar estratégias de melhoria neste âmbito. Creio que os avanços no Ensino Fundamental se dê pelo conjunto de esforços, mas sobretudo por um forte e consolidado regime de colaboração.

DoCentes: Quais são os desafios a serem destacados no Ceará?

Profa. Bruna Alves Leão: O nosso atual desafio é tentar mitigar as problemáticas que a pandemia trouxe-nos. O Ceará vinha demonstrando um bom crescimento nos resultados, na avaliação das escolas municipais, e, de repente, se deparar com uma pandemia e ter que se reorganizar rapidamente para tentar alcançar professores e alunos, é algo bastante complicado. Alguns alunos não conseguiram ser alcançados e isso tem se revelado nas nossas avaliações diagnósticas. É preciso olhar novamente para a Alfabetização, porque as séries iniciais foram as mais prejudicadas e existem processos nessa etapa que só é possível consolidar a partir da interação do professor-aluno. Se não olharmos agora para esses problemas, essas questões sensíveis que estão aparecendo vão repercutir mais à frente. Isso vai impactar na vida desse profissional, desses alunos, inclusive, também, economicamente na situação do País, do estado, dos municípios. É importante traçar estratégias efetivas para ao longo dos anos, numa perspectiva de currículo contínuo e de priorização curricular, ir

recompondo as aprendizagens.

DoCentes: Qual sentido deve ser dado para que as diretrizes do MaisPaic tenham êxito junto aos municípios?

Profa. Bruna Alves Leão: O regime de colaboração tem uma perspectiva do olhar do estado para as redes municipais, uma corresponsabilidade, porque, esse aluno, esse ser humano, apesar de passar por muitas etapas no contexto educacional, ele é o mesmo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Eu não posso ter uma política individualizada, focada apenas em uma etapa, no caso da rede estadual, apenas no Ensino Médio. Este olhar do estado, através do regime de colaboração, é uma forma de cuidar deste ser humano que nasce no nosso estado, se desenvolve e que também gera frutos a partir da sua profissionalização. O regime de colaboração é também uma grande parceria entre estado e municípios. Sabemos das fragilidades dos municípios, das dificuldades de recursos para garantir o desenvolvimento humano no seu espaço. Em forma de colaboração, cuidar deste ser humano que nasce aqui no nosso espaço, que faz parte da nossa sociedade, que interage com ela e que dá frutos dentro deste processo. Embora saibamos que existem questões políticas que podem interferir neste processo, mas o PAIC já é uma política tão consolidada e que dá resultado, que podemos dizer que ela é unanimidade em todos os municípios do estado, nenhum município deixa de assinar o termo de adesão ao programa. Atendemos desde o pequenino que necessita mais de nossa ajuda, da intervenção

do estado, que também é importante, até o de maior porte, que é autônomo.

DoCentes: O que mudou com BNCC na política curricular do Ensino Fundamental do estado do Ceará?

Profa. Bruna Alves Leão: Desde a proposta da BNCC de uma reorganização do currículo e da prática pedagógica em sala de aula, estamos mudando os paradigmas na Educação. É uma nova forma de pensar a educação. O cenário social avança, muda, o tempo não é mais o mesmo, as tecnologias estão presentes para provar-nos que tudo está muito mais rápido. O espaço escolar precisa se transformar e as práticas pedagógicas também. A garantia de um documento que parametriza as diretrizes educacionais para todo o país é o pontapé inicial para a garantia da equidade na educação, a BNCC veio para isso. A partir dos documentos de cada estado, vamos aperfeiçoando e garantindo a contextualização das práticas de ensino, lançamos o nosso documento de referência do estado do Ceará em 2019, foi um marco para nós, ele é a nossa principal referência para o ciclo de formação continuada MaisPaic, para garantir que este processo de transformação pedagógica de fato aconteça em sala de aula. Atualizamos o nosso material estruturado que ofertamos aos municípios já nesta perspectiva. Entendemos, também, que o Ensino Superior precisa estar focado neste sentido, para trazer profissionais mais aptos a lidar com esta mudança dentro da prática escolar. Entendemos que temos muito o que caminhar, ainda temos muito professor ensinando da forma como aprendeu, quando o contexto do seu

aluno é totalmente diferente. Eu vejo na BNCC todo esse processo de transformação e que precisamos também fazer reverberar nos municípios, seja ele aderindo ao nosso DCRC como documento de referência, utilizando-o e o trazendo para seu contexto de prática de sala de aula, seja com seu documento próprio também – como é o caso de Sobral que fez sua própria proposta curricular, precisamos fazer com que os professores entendam esta perspectiva de currículo, muitos saem "verdinhas", após sua formação inicial e aprendem muito com a prática. E têm, por exemplo, o PNLD como uma referência de currículo, quando o currículo é algo muito maior. O professor precisa entender a necessidade de seu aluno, e a partir daí, construir com a escola, seu gestor, o que a sala de aula dele vai propiciar de conhecimento aos seus alunos. Na perspectiva das nossas avaliações, precisamos transformar este processo, porque ele induz muito o processo de prática pedagógica dentro de sala de aula.

DoCentes: Qual o perfil do professor do Ensino Fundamental?

Profa. Bruna Alves Leão: O perfil do professor do Ensino Fundamental, é bastante heterogêneo, há uma diversidade de formações pelo estado e de graduação mesmo. Não temos ainda a garantia de que esses processos, estão alinhados, sobretudo, com a prática pedagógica. E isso precisa ser revisto. Teoria é muito importante, é essencial que se conheça, saiba o que se está mobilizando de conhecimento para ensinar ao aluno. A heterogeneidade desses processos formativos, dessas universidades, faculdades, em todo

o estado, faz com que se tenha também diferentes perfis de professores não apenas no Ensino Fundamental, mas em todas as etapas. Às vezes, o professor sai com muito medo da universidade, com medo de encarar uma sala de aula. E não pode ser assim. Não podemos ter medo do nosso aluno. Mas o que isso indica? Que há uma fragilidade na nossa formação, sobretudo com relação à prática pedagógica. O professor, é um profissional muito complexo e tem muitas atribuições. Estamos formando seres humanos para atuar em sociedade, para serem sensíveis, para terem empatia. Eu não posso desconectar meu trabalho deste processo. Professores das séries iniciais têm muita responsabilidade. É lá onde se encontram as principais oportunidades de aprendizagem e é nessa etapa onde a base precisa ser consolidada para que o aluno consiga prosseguir para as demais séries. Já o professor dos anos finais tem que lidar com um outro perfil de aluno, um aluno que está passando pelas transformações da adolescência. Esse professor precisa estar apto a lidar também com esse processo, pois ele não é apenas uma figura que transmite conhecimento, mas que dialoga com esse aluno e estabelece uma mediação entre as experiências e conhecimentos desse aluno e os novos saberes.

DoCentes: Que desafios esse docente encontra no seu cotidiano de trabalho?

Profa. Bruna Alves Leão: Acho que nós, enquanto professores, encontramos desafios que nem esperávamos no nosso dia a dia. Alguns nos surpreendem, mas eu creio que essa relação com o aluno,

de convencimento, de fazer com que ele entenda que aquele processo é importante pra ele, não é fácil. Você chegar, por exemplo, no Ensino Médio, e necessita auxiliar o aluno numa escolha profissional, com o nível de maturidade que ele tem – dezesseis, dezessete anos –, entender que ele daqui a pouco vai ser responsável pelo seu próprio processo, que ele não vai mais ter aquela escola que dialoga, acolhe e que o conduz, Eu acredito muito na transferência de conhecimento através da relação de afeto entre aluno e professor. Eu não consigo construir conhecimento com meu aluno, se eu estiver total distanciamento dele, mas essa relação não é tão simples como se imagina, tem muita dedicação e entrega de ambos... Enfrentamos uma complexidade de desafios diários, seja do ponto de vista da condução da aprendizagem, seja do olhar cuidadoso do professor para com aquele ser humano. A família também precisa fazer parte dessa construção diária e complexa, mas nem sempre encontramos esse amparo e muito dessa responsabilidade recai sobre a escola e sobre o professor. Uma coisa que me entristece muito é isto: à medida que o aluno vai avançando nas etapas, a família vai se distanciando da escola. Nós precisamos tanto desse apoio da família, para que esse processo da aprendizagem se consolide – não só na perspectiva da orientação, mas do apoio emocional –, e, muitas vezes, não é isso que acontece. A família vai deixando de participar da vida escolar do aluno à medida que ele vai avançando nas séries escolares.

DoCentes: Que mensagem você deixa sobre o Programa

Alfabetização na Idade Certa?

Profa. Bruna Alves Leão: O desenvolvimento na idade certa, é fundamental pro processo de desenvolvimento humano do aluno, daquele ser que está sob nossa responsabilidade, durante o tempo em que ele está na Educação Básica. Garantirmos que a consolidação das habilidades aconteçam na idade certa, na etapa certa, é superimportante, porque à medida que o aluno vai avançando e não consolida as habilidades próprias da idade isso faz com que ele perca o interesse pela escola. Sendo assim, é preciso garantir que os processos aconteçam na idade certa e na etapa certa para este aluno, esse é o grande propósito do Mais PAIC. A Alfabetização, por exemplo, precisa ser garantida dentro da sua faixa etária específica, porque é lá onde se encontra a janela de oportunidade específica para esse momento, é até os sete anos que isso acontece. A escola não pode deixar de ser um espaço interessante para o aluno. Ele precisa interagir com alunos da sua mesma faixa etária, que estão aprendendo e construindo os mesmos processos. O Ceará em 2007, com a criação do PAIC, tomou uma atitude muito assertiva para garantir o processo de Alfabetização na idade certa. Isso reverbera também, nas outras etapas, fazendo com que o aluno consiga se desenvolver.
